



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TERMO DE CONTRATO Nº 30 /11

Processo Administrativo nº 10/10/30.717

**Interessado:** Secretaria Municipal de Administração

**Modalidade:** Tomada de Preços nº 029/10

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **TESLA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. – EPP** por seu(s) representante(s) legal(is), doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

## PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de construção civil para promover reformas no 2º pavimento – Lado “B” no Paço Municipal, nas condições estabelecidas no edital da Tomada de Preços nº 029/10 e no Anexo I – Pasta Técnica ao referido edital, os quais passam a integrar este Contrato, após assinatura das partes, para todos os fins e efeitos de direito e nas condições estabelecidas neste instrumento.

## SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. As partes atribuem a este Contrato, para efeitos de direito, o preço global de R\$ 771.746,42 (setecentos e setenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

SMA - Coordenadoria Setorial de Procedimentos Legais - Palácio dos Jequitibás - Avenida Anchieta, 200  
Centro -- 6º andar - Campinas - SP - CEP 13015-904 - Tel (19) 2116-0403



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

2.2. O valor definido nesta cláusula inclui todos os custos operacionais da atividade, os tributos eventualmente devidos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, inclusive, o custo dos vigias noturnos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, inclusive com ensaios, testes e demais provas para controle tecnológico, de modo a constituir a única contraprestação pela execução das obras, objeto deste Contrato.

## **TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO REEQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

3.1. O valor do presente contrato será fixo e irrevogável até o final do período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação das propostas.

3.2. Na hipótese de sobrevirem fatos retardadores da execução da obra, que façam prolongar o prazo além dos 12 (doze) meses, desde que comprovadamente não haja culpa da empresa CONTRATADA e desde que pactuados formalmente pelas partes, fica estipulado o índice de reajuste abaixo especificado para correção dos preços dos serviços remanescentes.

3.2.1. Os preços serão reajustados após 12 (doze) meses, em conformidade com a Lei Federal nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, tomando-se por base a variação do Índice de Custo de Edificações – Total - Média Geral, publicado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, de acordo com a fórmula abaixo:

$$PR = P_0 \times (IOR_1 / IOR_0)$$

Sendo:

PR = Valor reajustado

P<sub>0</sub> = Valor inicial

IOR<sub>0</sub> = Índice do mês em que foram apresentadas as propostas.

IOR<sub>1</sub> = Índice do 12º mês após a apresentação das propostas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

3.3.1. Em caso de revisão contratual, o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, ou de nova revisão, será a data em que a anterior revisão tiver ocorrido.

3.3.2. Em caso de re-equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a data de concessão do re-equilíbrio será aquela da apresentação do pedido pela CONTRATADA.

3.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

3.5. Na hipótese de solicitação de revisão de preço(s), deverá a CONTRATADA demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

3.5.1. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica do CONTRATANTE, porém contemplará as Ordens de Fornecimento ou



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Serviço emitidas a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do CONTRATANTE.

## QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas referentes ao presente Contrato no valor de R\$ 771.746,42 (setecentos e setenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos), foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, codificadas no orçamento municipal sob os números: 051000.05120.04.122.3013.1252.051007.449051.0101100000, conforme fls. 334 do processo.

4.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o CONTRATANTE obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

## QUINTA – DO PRAZO

O presente contrato vigorará pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data do recebimento da "Ordem de Início do Serviço" expedida pelo Departamento de Gestão Predial - DGP da Secretaria Municipal de Administração.

5.1. A Ordem de Início dos Serviços deverá ser recebida pela empresa CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após ter sido notificada pelo Município de Campinas, sob pena das sanções previstas na cláusula décima nona deste instrumento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SEXTA - DA ALTERAÇÃO DE PRAZOS

Os prazos de início e término dos serviços poderão ser prorrogados, por aditivo contratual, se comprovadamente ocorrerem às circunstâncias a seguir descritas:

- 6.1. alteração do projeto ou especificações, pelo CONTRATANTE.
- 6.2. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.
- 6.3. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE.
- 6.4. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 6.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 6.6. omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

## SÉTIMA - DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

7.1. A CONTRATADA apresenta garantia do adimplemento das condições aqui estabelecidas no valor de R\$ 38.587,32 (trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, recolhida na Secretaria Municipal de Finanças.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

7.2. A garantia total será retida se a CONTRATADA der causa ao desfazimento do Contrato, para que o CONTRATANTE possa se ressarcir, em parte, dos prejuízos experimentados.

7.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a CONTRATADA deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o encerramento do Contrato.

7.4. Após o término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do requerimento do interessado, protocolizado por intermédio do Serviço de Protocolo Geral a ser dirigido à Secretaria Gestora que deverá se manifestar quanto à execução contratual e encaminhar à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. A liberação se dará mediante autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, após parecer da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos ouvindo-se previamente o órgão gestor.

## OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços contratados serão executados sob o regime de empreitada por preço global.

## NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

### 9.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

6



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Executar os trabalhos citados nos documentos integrantes deste Processo (Edital, Projeto Básico com todos os seus Anexos e Planilha para Formação de Preços).

Cumprir os prazos estabelecidos em Contrato, Projeto Básico e Edital.

Facilitar o gerenciamento por parte do Gestor.

Executar levantamentos antes do início das atividades, respeitando níveis, interferências e benfeitorias existentes e conferir in loco os projetos apresentados.

Atender prontamente as exigências e solicitações do Gestor.

Participar de reuniões, sempre que solicitado.

## 9.2. REPARAÇÕES

Executar arremates específicos nos locais de conflito.

Repor materiais/equipamentos eventualmente quebrados durante as reformas.

Zelar pela integridade das instalações do prédio.

Ressarcir a PMC ou terceiros, danos e prejuízos causados por sua omissão.

## 9.3. MATERIAIS

Fornecer materiais de primeira qualidade, em linha de produção, com marca e modelo previamente aprovados pelo Gestor.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Seguir com rigor as especificações do fabricante e normas técnicas da ABNT, durante a aplicação dos materiais.

Programar-se para a compra e estoque de materiais, de forma a não causar discontinuidades.

## 9.4. PESSOAL

Não causar incômodos aos funcionários e ocupantes do local verificando sempre a disponibilidade de horários para desenvolver suas atividades.

Empregar mão-de-obra qualificada, credenciando-a de forma sistemática na Portaria. Manter atualizadas a lista de nomes, cargo, função e RG do pessoal alocado nos serviços diários, e de finais de semana.

Supervisionar de forma contínua todos os serviços sob a atenção de um responsável técnico com experiência em atividades similares e poder de decisão.

Proibir a circulação dos seus funcionários em locais não autorizados.

Proibir a entrada e a permanência de funcionários portando drogas, bebidas alcoólicas, ou em estado de embriagues.

Fornecer para seus funcionários, sem ônus à Contratante:

Uniformes completos contendo a identificação ou logotipo.

Crachás de identificação, onde conste nome, cargo, e foto.

Transporte, locomoção e alimentação.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Proibir o uso de shorts, bermudas, camisetas, congas, chinelos de dedo, tênis, etc.

## 9.5. LIMPEZAS E REMOÇÕES

Fazer com que as imediações da obra permaneçam em condições de garantir o trabalho dos funcionários da PMC, durante o expediente.

Promover sistematicamente, ou mediante demanda, retiradas das sobras de material, equipamentos, e instalações improvisadas.

Remover de forma contínua, por sua conta e meios, todos os entulhos e detritos gerados.

Transportar todo o material retirado em condições de reaproveitamento para locais determinados pelo gestor.

Remover para fora do prédio os entulhos provenientes das demolições.

Contratar as caçambas para a remoção dos entulhos.

Proibir o estacionamento das caçambas sobre as calçadas ou passeios públicos.

## 9.6. EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS

Fornecer todas as ferramentas e equipamentos de uso contínuo, como escadas, furadeiras elétricas, máquinas de limpeza e outras, identificando-as, de forma sistemática no depósito da contratada.

Responsabilizar-se pela manutenção, conservação e guarda dos bens de sua propriedade.

9



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Despesas com remanejamento de equipamentos, que porventura se mostrarem necessárias, correrão por conta exclusiva da Empresa Contratada.

## 9.7. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Zelar pela segurança de seus funcionários, prepostos, representantes, fornecedores e qualquer pessoa que adentrar na obra.

Fornecer e exigir que seus funcionários utilizem EPI's, em perfeito estado de conservação (luvas, capacetes, cintos, óculos, sapatos ou outros que se fizerem necessários), durante as atividades exercidas, em conformidade com o item 6.2 da N.R. 6, Portaria 3214 de 08 de Junho de 1978.

Notificar e eliminar por sua conta e meios, as condições inseguras.

Comunicar o Gestor quando ocorrer algum acidente de trabalho.

Proibir o uso de fogueiras, espiriteiras, tampinhas com álcool, aquecedores improvisados e outros, para o aquecimento das marmitas.

Nos trabalhos sobre andaimes, empregar equipamentos em boas condições de uso, e estabilidade, além do cumprimento de todos os itens de segurança.

## 9.8. ACESSOS

Sinalizar as áreas trabalhadas, instalando avisos de advertência antes de executar atividades que dificultam a movimentação de pessoas e veículos.

Não obstruir acessos, passagens, saídas, e portas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Utilizar tapumes, encerados automotivos, placas de madeira compensada, lonas, "papel bolha", ou outros, para proteger as áreas trabalhadas e imediações.

## 9.9. CARGA/DESCARGA

Receber e conferir as mercadorias entregues na obra, sabendo que nenhum material depois de entregue poderá ser retirado para fora do prédio, sem autorização do gestor.

Zelar pela guarda, carga, descarga, vistoria, registro, armazenamento, controle, transporte até o local da montagem, de todos os materiais de consumo, equipamentos e ferramentas.

Solicitar a autorização e agendar previamente entregas de materiais de uso geral.

Não cobrar extras para promover isolamento de áreas (internas ou externas) e/ou instalar proteções.

## 9.10. SEGUROS

Apresentar 01 (uma) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, Contra Terceiros e Acidentes de Trabalho, e Riscos de Engenharia, devidamente quitada, em valores compatíveis com os serviços contratados, discriminando os prêmios praticados.

Esta apólice deverá ser renovada caso ocorra prorrogação do contrato.

A apólice de seguro deverá ser entregue ao Gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias após início das atividades.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## 9.11. LOCAL PARA GUARDA DE MATERIAIS

Desde que disponível, o DGP poderá destinar uma área para depósito de pequenas quantidades de material, ferramentas e utensílios em qualquer dependência do prédio. Sendo assim, cabe a Empresa Contratada, cuidar das imediações desta área, deixando-a sempre limpa, sem sobras de materiais, sucatas ou outros produtos que atrapalhem a passagem ou impeçam a livre movimentação das pessoas. A área para depósito de pequenas quantidades poderá ser utilizada para a troca e guarda de roupas ou pertences pessoais dos funcionários da Empresa Contratada.

Fica autorizado o uso dos sanitários e vestiários do subsolo pelos funcionários da Empresa Contratada condicionados aos bons níveis de conduta pessoal de cada usuário, onde será exigida a prática de bons hábitos de convívio social, higiene e educação.

9.12. Apresentar à Fiscalização da SMI, mensalmente, junto com a medição, cópia da relação de trabalhadores, guia recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP) e guia da Previdência Social (GPS), devendo tudo ser juntado no Processo Administrativo nº 10/10/30717.

9.13. Iniciar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de início dos Serviços.

## DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

10.1. Fornecer à CONTRATADA a "Ordem de Início dos Serviços" que será expedida pelo Departamento de Gestão Predial da Secretaria Municipal de Administração, após assinatura do presente Contrato.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

10.2. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução da obra.

10.3. Efetuar fiscalização e controle dos serviços solicitados.

10.4. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços.

10.5. Permitir o livre acesso às instalações dos empregados da CONTRATADA.

10.6. Efetuar os pagamentos devidos, nos termos da Cláusula Décima Quarta do presente instrumento.

## DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES

Integram o presente Contrato, como se aqui estivessem transcritos: o Anexo I - Pasta Técnica, contendo: Memorial Descritivo, Projetos, Planilha Orçamentária, Cronograma Financeiro, Cronograma Físico, Instrumento Convocatório da licitação, a proposta do licitante vencedor de fls. 306/321 do Processo Administrativo nº 10/10/30717, em nome da Secretaria Municipal de Administração.

## DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Será permitida a subcontratação parcial dos serviços, no limite de até 30% (trinta por cento) do valor da obra, mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, devendo a subcontratada atender às mesmas exigências de qualificação técnica exigidas da CONTRATADA em referência à parcela do objeto que lhe é repassada, e sendo a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços e de todos os encargos trabalhistas e tributários.

## DÉCIMA TERCEIRA - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

- 13.1. A medição dos serviços contratados será efetuada mensalmente e entregue ao Departamento de Gestão Predial da Secretaria Municipal de Administração, juntamente com os documentos mencionados no subitem 9.12.
- 13.2. Para efeitos de medição serão considerados os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, em conformidade com o Cronograma Físico estabelecido pelo CONTRATANTE, sendo para tanto considerada a qualidade dos materiais e mão-de-obra utilizada de forma a atender as especificações técnicas do Memorial Descritivo.
- 13.3. A medição deverá ser entregue ao Departamento de Gestão Predial da Secretaria Municipal de Administração até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a sua conferência e processamento.
- 13.4. A medição não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a partir da data de sua reapresentação.
- 13.5. A devolução da medição não aprovada, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.
- 13.6. Na hipótese de não pronunciamento da Secretaria Municipal de Infra-estrutura quanto à medição, no prazo definido anteriormente, considerar-se-á aprovada à medição.
- 13.7. Aprovada a medição, a CONTRATADA deverá emitir fatura referente aos serviços medidos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## DÉCIMA QUARTA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. Após a aprovação da medição, a CONTRATADA apresentará a fatura correspondente ao Departamento de Gestão Predial da Secretaria Municipal de Administração com os valores mensais devidos, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para aprová-la ou rejeitá-la.

14.2. A fatura não aprovada pelo Departamento de Gestão Predial da Secretaria Municipal de Administração será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 14.1, a partir da data de sua reapresentação.

14.3. A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

14.4. O CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, a contar da data de sua aprovação.

14.5. O CONTRATANTE somente efetuará o pagamento dos valores devidos, após a comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária (INSS), nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/91, de 24/07/1991 e alterações posteriores.

14.6. O CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando o imposto for devido neste Município, de acordo com a Lei Municipal nº 12.392, de 20 de outubro de 2005.

14.6.1 As empreiteiras, construtoras e prestadoras de serviços de construção civil, que eventualmente tenham subempreitadas ou materiais aplicados à Obra, deverão fornecer junto com a Nota Fiscal da Prestação de Serviços:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

14.6.1.1. Comprovação dos materiais fornecidos mediante apresentação da 1ª via da documentação fiscal (Nota Fiscal de Remessa de Mercadorias), com identificação da obra onde foram aplicados;

14.6.1.2. Relativamente às subempreitadas, além da 1ª via da documentação fiscal (Nota Fiscal de Serviços emitida pelo empreiteiro), com identificação da obra, a comprovação do pagamento do imposto, mediante apresentação dos documentos de recolhimento.

14.7. O pagamento da primeira parcela ficará condicionado à apresentação dos seguintes comprovantes:

- a) Registro da Obra no CREA;
- b) Registro da Obra no INSS;
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico e averbação de seu registro no CREA - SP, na hipótese de ser de outra região.

14.8. O pagamento da última parcela ficará condicionado à emissão do Termo de Recebimento Provisório da Obra.

## DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

15.1. O CONTRATANTE, por meio do Departamento de Gestão Predial da Secretaria Municipal de Administração, efetuará a fiscalização da obra e do controle dos materiais a qualquer instante e nos termos estabelecidos no Anexo I do edital da Tomada de Preços nº 029/2010, que faz parte integrante do presente instrumento contratual, e da Cláusula Nona do presente Contrato.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

15.2. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições, inclusive solicitando à CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento.

15.3. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade de executar a obra, com toda cautela e boa técnica.

## **DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

16.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato será observado, no que couber, a disposição contida nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

16.2. O Termo de Recebimento Provisório será lavrado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da apresentação do "as built" da obra ou serviço, acompanhado da comunicação escrita da CONTRATADA para o Departamento de Gestão Predial da Secretaria Municipal de Administração.

16.3. Na hipótese da não-aceitação dos serviços o CONTRATANTE registrará o fato no livro de ocorrências, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível, indicando as razões da não-aceitação.

16.4. Atendidas todas as exigências registradas no Livro de Ocorrências, a CONTRATADA deverá solicitar novamente o recebimento da obra, e, estando conforme, a SMI emitirá o Termo de Recebimento Provisório.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

16.5. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado e assinado pelo Sr. Secretário da SMI, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período.

## DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A CONTRATADA responderá durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo nos termos do disposto no artigo 618 do Código Civil.

## DÉCIMA OITAVA - DO PESSOAL

O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a CONTRATADA o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso venha a desembolsar.

## DÉCIMA NONA - DAS PENALIDADES

19.1. Em caso de não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

19.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

19.1.2. Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Início dos Serviços, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato, com aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do seu valor.

19.1.3. Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado em iniciar as obras, serviço, ou realizar o fornecimento, após a retirada da ordem de serviço ou de fornecimento, incidente sobre o valor da ordem correspondente, podendo resultar na rescisão unilateral do contrato pela Administração.

19.1.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor total da fatura, sempre que, em verificação mensal, for observado atraso injustificado no desenvolvimento das obras ou serviço, ou for constatado descumprimento de quaisquer das outras obrigações assumidas pela CONTRATADA, podendo resultar, em caso de reincidência, na rescisão unilateral do contrato pela Administração.

19.1.5. Em caso de rescisão unilateral do contrato pela Administração, decorrente do descumprimento de cláusula contratual pela CONTRATADA, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, de acordo com a gravidade da infração.

19.1.6. Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Campinas, bem como impedimento de com ele contratar, no caso de apresentação de documentação inverossímil, ou declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos, falta grave ou cometimento de fraude, ambos pelo prazo de até 2 (dois) anos, independentemente da aplicação de outras penalidades previstas neste item.

19.1.7. Nos casos de declaração de inidoneidade, a licitante poderá, após decorrido o prazo de 2 (dois) anos de sua declaração, requerer a reabilitação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

19.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

19.3. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

19.4. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao CONTRATANTE.

19.5. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

## VIGÉSIMA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

## VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

21.1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

SMA - Coordenadoria Setorial de Procedimentos Legais - Palácio dos Jequibás - Avenida Anchieta, 200  
Centro - 6º andar - Campinas - SP - CEP 13015-904 - Tel (19) 2116-0403

20



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

21.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

21.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

21.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada.

21.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração.

21.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## VIGÉSIMA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

Para a execução das obras, objeto deste Contrato, realizou-se licitação na modalidade Tomada de Preços sob nº 029/10, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo nº 10/10/30717, em nome da Secretaria Municipal de Administração.

## VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente Contrato vincula-se ao instrumento convocatório da licitação e à proposta da licitante vencedora de fls. 306/321, do Processo Administrativo em epígrafe.

SMA - Coordenadoria Setorial de Procedimentos Legais - Palácio dos Jequiibás - Avenida Anchieta, 200 21  
Centro - 6º andar - Campinas - SP - CEP 13015-904 - Tel (19) 2116-0403



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## VIGÉSIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplica-se a este Contrato e nos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Campinas -SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

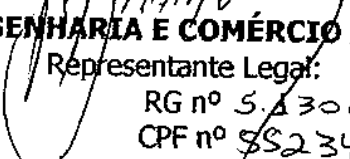
E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 21 de maio de 2011

  
**DR. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS**  
Prefeito Municipal

  
**ANTONIO CARIA NETO**  
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

  
**SAULO PAULINO LONEL**  
Secretário Municipal de Administração

  
**TESLA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. – EPP**  
Representante Legal: **ANGELO ROBERTO BISETTO**  
RG nº 5.130.130+1.  
CPF nº 882346908-49